

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2015
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	416.964	141.391	464.069
Clientes	7	164.394	129.513	169.832
Tributos a recuperar	8	4.196	15.909	5.147
Serviços em curso		17.995	16.790	17.995
Despesas antecipadas		346	401	346
Devedores diversos		1.505	1.553	1.868
Partes relacionadas	15.1	234	409	234
Outros ativos		129	110	129
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>605.763</b>	<b>306.076</b>	<b>659.620</b>
<b>Não circulante</b>				
Clientes	7	366	960	366
Tributos a recuperar	8	960	960	2.128
Depósitos judiciais	9	43.230	39.093	43.230
Fundos vinculados		51	12	51
Despesas antecipadas		3.337	3.599	3.337
Investimentos		186.974	26	26
Controladas	10	186.948	-	-
Outros		26	26	26
Imobilizado	11	3.290.790	3.460.966	3.443.199
Intangível	12	30.386	32.151	30.631
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.556.094</b>	<b>3.537.767</b>	<b>3.522.968</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.161.857</b>	<b>3.843.843</b>	<b>4.182.588</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2015
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	13	171.961	79.113	175.719
Arbitragem	14	-	-	15.081
Salários e encargos sociais		12.513	13.693	12.706
Debêntures	16	207.974	42.584	207.974
Tributos a recolher	8	138.061	96.878	138.883
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.4	161.904	115.363	161.904
Obrigações estimadas		7.376	7.180	7.535
Cibacap	18	-	2.283	-
Encargos setoriais	22	36.814	27.721	36.822
Outros passivos		344	3.695	445
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>736.947</b>	<b>388.510</b>	<b>757.069</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos	17	199.125	-	199.125
Debêntures	16	1.051.684	1.153.353	1.051.684
Receitas diferidas		27.437	13.026	27.813
Obrigações especiais	21	2.658	3.180	2.658
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	20	26.467	19.526	26.700
Cibacap	18	10.135	6.935	10.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	272.561	368.430	272.561
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg	13	9.802	6.861	9.802
Encargos setoriais	22	5.462	9.184	5.462
Outros passivos		5.696	5.272	5.696
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.611.027</b>	<b>1.585.767</b>	<b>1.611.636</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	23.1	839.138	839.138	839.138
Reservas de capital	23.2	105.468	99.537	105.468
Reserva de lucros	23.3	137.134	127.176	137.134
Ajustes de avaliação patrimonial	23.6	732.143	803.715	732.143
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.813.883</b>	<b>1.869.566</b>	<b>1.813.883</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.161.857</b>	<b>3.843.843</b>	<b>4.182.588</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2015
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>1.190.982</b>	<b>1.222.998</b>	<b>1.216.220</b>
<b>(Despesas) / receitas operacionais</b>	25			
Pessoal		(84.750)	(77.328)	(85.996)
Material		(4.204)	(3.997)	(4.438)
Serviços de terceiros		(42.117)	(44.914)	(45.822)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE		(5.010)	(4.073)	(5.075)
Energia comprada para revenda	26.2	(201.943)	(233.647)	(211.593)
Encargos de uso da rede elétrica	26.3	(96.576)	(81.761)	(96.877)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(65.533)	(57.792)	(65.533)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(216.508)	(216.784)	(214.300)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	20	(7.183)	(333)	(7.283)
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa		220	1.798	156
Aluguéis		(3.670)	(3.604)	(3.781)
Seguros		(5.440)	(4.843)	(5.550)
Perda pela não recuperabilidade de ativos	2.12	-	-	(25.402)
Outras		(11.266)	(8.807)	(11.316)
		<b>(743.980)</b>	<b>(736.085)</b>	<b>(782.810)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>				
Equivalência patrimonial	10	(13.420)	-	-
<b>Lucro operacional</b>		<b>433.582</b>	<b>486.913</b>	<b>433.410</b>
<b>Resultado financeiro</b>	27			
Receitas		36.308	75.992	40.190
Despesas		(217.043)	(167.788)	(218.562)
		<b>(180.735)</b>	<b>(91.796)</b>	<b>(178.372)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>252.847</b>	<b>395.117</b>	<b>255.038</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	8.3			
Corrente		(169.532)	(141.173)	(171.723)
Diferido		99.332	31.634	99.332
		<b>(70.200)</b>	<b>(109.539)</b>	<b>(72.391)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>182.647</b>	<b>285.578</b>	<b>182.647</b>
<b>Lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)</b>				
Lucro básico e diluído por ação PN	28	1,93414	3,02412	
Lucro básico e diluído por ação ON	28	1,93414	3,02412	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2015	2014
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>182.647</b>	<b>285.578</b>
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	1.251	472
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(425)	(161)
	<b>826</b>	<b>311</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>183.473</b>	<b>285.889</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial (vide nota 23.6)	Patrimônio líquido Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>839.138</b>	<b>99.537</b>	<b>127.176</b>	<b>-</b>	<b>803.715</b>	<b>1.869.566</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	182.647	-	182.647
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	1.251	1.251
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(425)	(425)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	826	-	(826)	-
Reserva de capital - aquisição Duke Energy International Geração Sapucaí - Mirim Ltda. (anteriormente denominada DEB - Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda.)	-	5.897	-	-	-	5.897
	-	<b>5.897</b>	<b>826</b>	<b>182.647</b>	<b>-</b>	<b>189.370</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	9.132	(9.132)	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,888604 por ação PN e R\$ 0,655685 por ação ON)	-	-	-	(76.583)	-	(76.583)
Dividendos propostos (R\$ 1,150727 por ação PN e R\$ 1,383645 por ação ON)	-	-	-	(115.999)	-	(115.999)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,55600 por ação)	-	-	-	(52.505)	-	(52.505)
Pagamento baseado em ações	-	34	-	-	-	34
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide nota 23.6)	-	-	-	108.442	(108.442)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(36.870)	36.870	-
	-	<b>34</b>	<b>9.132</b>	<b>(182.647)</b>	<b>(71.572)</b>	<b>(245.053)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>839.138</b>	<b>105.468</b>	<b>137.134</b>	<b>-</b>	<b>732.143</b>	<b>1.813.883</b>

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido Controladora
		Capital	Lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.339.138</b>	<b>99.512</b>	<b>112.586</b>	<b>-</b>	<b>872.034</b>	<b>2.423.270</b>
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	285.578	-	285.578
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	472	472
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(161)	(161)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	311	-	(311)	-
	-	-	<b>311</b>	<b>285.578</b>	<b>-</b>	<b>285.889</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	(500.000)	-	-	-	-	(500.000)
Reserva legal	-	-	14.279	(14.279)	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 2,292676 por ação PN e R\$ 2,292676 por ação ON)	-	-	-	(216.505)	-	(216.505)
Dividendos propostos (R\$ 0,639706 por ação PN e R\$ 0,639706 por ação ON)	-	-	-	(60.410)	-	(60.410)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,66400 por ação)	-	-	-	(62.703)	-	(62.703)
Pagamento baseado em ações	-	25	-	-	-	25
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	103.514	(103.514)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(35.195)	35.195	-
	<b>(500.000)</b>	<b>25</b>	<b>14.279</b>	<b>(285.578)</b>	<b>(68.319)</b>	<b>(839.593)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>839.138</b>	<b>99.537</b>	<b>127.176</b>	<b>-</b>	<b>803.715</b>	<b>1.869.566</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	182.647	285.578	182.647
<b>Ajustes em:</b>			
Depreciação e amortização	216.508	216.784	214.300
Perdas na baixa do ativo imobilizado/intangível	3.978	(2.289)	3.979
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	-	-	25.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(99.332)	(31.634)	(99.332)
(Reversão) de estimativa de créditos de liquidação duvidosa	(220)	(1.798)	(156)
Juros sobre empréstimos CCB	18.125	-	18.125
Juros sobre debêntures	126.225	125.081	126.225
Variação monetária sobre debêntures	55.541	33.798	55.541
Provisão / (Reversão) para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	7.136	(22)	7.236
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	2.868	429	2.997
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(4.116)	(3.540)	(4.108)
Atualização financeira por processo arbitral	-	-	1.399
Equivalência patrimonial	13.420	-	-
Pagamento baseado em ações	34	25	34
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Clientes	(34.067)	41.608	(35.219)
Devedores diversos	48	(539)	(315)
Partes relacionadas	175	(409)	(7)
Depósitos judiciais	(21)	(9)	(29)
Serviços em curso	(6.826)	(4.129)	(6.826)
Fundos vinculados	(39)	513	(39)
Despesas antecipadas	317	182	317
Fornecedores	95.789	65.797	97.905
Salários e encargos sociais	(1.152)	(401)	(1.269)
Impostos, taxas e contribuições	160.808	111.419	162.309
Obrigações estimadas	196	622	355
Receita diferida	14.411	3.757	14.440
Cibacap	917	177	917
(Provisões) para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(3.063)	(709)	(3.076)
Outras variações ativas e passivas	9.269	5.026	9.481
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>759.576</b>	<b>845.317</b>	<b>773.233</b>
Juros e variação monetária pagos sobre debêntures	(118.045)	(215.727)	(118.045)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(116.085)	(217.568)	(117.685)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>525.446</b>	<b>412.022</b>	<b>537.503</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimentos</b>			
Investimento em controladas - Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	(191.433)	-	(191.433)
Caixa adquirido pela aquisição - Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	-	-	36.826
Recebimento na venda de imobilizado	2.920	4.020	2.920
Adições no ativo imobilizado	(50.694)	(43.455)	(52.472)
Adições no ativo intangível	(1.293)	(661)	(1.293)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(240.500)</b>	<b>(40.096)</b>	<b>(205.452)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimo	181.000	-	181.000
Valor recebido pela emissão de debêntures	-	479.000	-
Custo de transação pela emissão de debêntures	-	(3.998)	-
Pagamento de debêntures	-	(333.350)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(190.373)	(483.857)	(190.373)
Redução de capital	-	(500.000)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(9.373)</b>	<b>(842.205)</b>	<b>(9.373)</b>
<b>Aumento / (Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>275.573</b>	<b>(470.279)</b>	<b>322.678</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>141.391</b>	<b>611.670</b>	<b>141.391</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>416.964</b>	<b>141.391</b>	<b>464.069</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
<b>Receitas</b>			
Vendas de energia	1.369.070	1.370.125	1.395.342
Receitas relativas à construção de ativos próprios	50.694	43.455	52.472
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	220	1.798	156
	<b>1.419.984</b>	<b>1.415.378</b>	<b>1.447.970</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Energia comprada e encargos de uso da rede	(298.519)	(315.408)	(308.470)
Materiais e serviços de terceiros	(97.015)	(92.366)	(103.134)
Outros custos operacionais	(22.518)	(12.764)	(22.365)
	<b>(418.052)</b>	<b>(420.538)</b>	<b>(433.969)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.001.932</b>	<b>994.840</b>	<b>1.014.001</b>
Depreciação e amortização	(216.508)	(216.784)	(214.300)
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	-	-	(25.402)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>785.424</b>	<b>778.056</b>	<b>774.299</b>
Aluguéis	277	119	277
Resultado de equivalência patrimonial	(13.420)	-	-
Receitas financeiras	36.308	75.992	40.190
Outras	-	4.685	-
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>23.165</b>	<b>80.796</b>	<b>40.467</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>808.589</b>	<b>858.852</b>	<b>814.766</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta	46.298	41.845	46.940
Benefícios	10.008	8.249	10.280
FGTS	5.805	3.815	5.858
Provisão para gratificação (bônus)	7.312	7.516	7.355
Participação nos resultados	2.405	3.596	2.454
Encargos sociais (exceto INSS)	3.406	3.220	3.457
	<b>75.234</b>	<b>68.241</b>	<b>76.344</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais	283.528	314.864	286.965
Estaduais	46.294	18.627	46.294
Municipais	172	150	172
	<b>329.994</b>	<b>333.641</b>	<b>333.431</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Aluguéis	3.670	3.604	3.781
Juros sobre debêntures	126.225	125.081	126.225
Juros sobre empréstimos	18.125	-	18.125
Variação monetária sobre debêntures	55.541	33.798	55.541
Recuperação de juros e atualização monetária de debêntures	-	(3.431)	-
Outras despesas financeiras	17.153	12.340	18.672
	<b>220.714</b>	<b>171.392</b>	<b>222.344</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Juros sobre capital próprio (vide nota 23.4)	52.505	62.703	52.505
Dividendos (vide nota 23.4)	192.582	276.915	192.582
	<b>245.087</b>	<b>339.618</b>	<b>245.087</b>
<b>Outros</b>			
Lucros retidos	9.132	14.279	9.132
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	(71.572)	(68.319)	(71.572)
	<b>(62.440)</b>	<b>(54.040)</b>	<b>(62.440)</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>808.589</b>	<b>858.852</b>	<b>814.766</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Conforme mencionado na nota 10, em 06 de maio de 2015 a Companhia adquiriu 99,99% de participação societária na DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. ("DEB"), com base nos acordos contratuais firmados entre Duke Energy International, Brasil Ltda. ("Duke Brasil") e a Companhia.

Em novembro de 2015, a razão social da DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. foi alterada para Duke Energy International Geração Sapucaí–Mirim Ltda. ("controlada"). Os demais dados permanecem sem alteração.

A capacidade instalada da controlada Duke Energy International Geração Sapucaí–Mirim Ltda., é de 32,5MW, composta pelas PCH Retiro e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 131.184 (R\$ 97.449 no Consolidado), principalmente em virtude da transferência referente a 1ª. parcela da 4ª emissão de debêntures, série 1, para o passivo circulante, que será liquidada em julho de 2016, o provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, aumento na provisão de tributos a recolher e o grande volume de compra de energia realizada no período. A geração de caixa da Companhia, decorrente de suas atividades operacionais, será suficiente para equalizar esse cenário.

O Brasil passou por uma crise hidrológica severa nos últimos dois anos, reduzindo os reservatórios e elevando o nível do despacho das usinas termoeletricas ao máximo. O Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto, o que elevou a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF – *Generation Scaling Factor* (Fator de Ajuste da Garantia Física).

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) entrou com uma liminar para mitigar a exposição das geradoras a este nível do GSF até a alocação apropriada dos custos do despacho fora da ordem de mérito.

Em 02 de julho de 2015, essa liminar foi concedida a favor da APINE, limitando a exposição da Companhia e de outros geradores ao GSF, até que o mérito da ação seja julgado. A decisão da APINE está sujeita a recurso e o resultado da ação é incerto, portanto não é possível prever o impacto na Companhia e sua controlada.



Em 08 de dezembro de 2015, o governo federal promulgou a Lei 13.203/2015 que apresentou as diretrizes para uma proposta de repactuação do risco hidrológico do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), tanto no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") como no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), estabelecendo um novo dispositivo legal para repactuar o risco hidrológico dos participantes do MRE por tempo determinado.

Em linhas gerais, a proposta para o ACL oferecia benefício econômico pela compra de energia em 2015, por meio de um alívio dos resultados com a criação de um ativo intangível de parte desse valor.

Além disso, o acordo de repactuação previa uma extensão do período de concessão, equivalente ao valor deste intangível e a aquisição de uma espécie de seguro, na forma de energia de reserva para o período de 2016 a 2018.

Por fim, o acordo exigia a aquisição de um seguro adicional, a título de energia de reserva incremental pelo período de 2019, até o término da concessão. O resultado da aquisição deste seguro incremental e sua utilização, se negativa, também seria objeto de extensão do contrato de concessão.

Como contrapartida, os agentes que aderissem a repactuação do risco hidrológico, tanto no ACR como no ACL, teriam de abrir mão de toda e qualquer disputa judicial em relação ao risco hidrológico no âmbito do MRE.

Após análises em relação ao valor resultante desta opção e considerando as incertezas em relação ao comportamento das variáveis envolvidas, levaram a Companhia e sua controlada à decisão pela não repactuação.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2016.

## **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS - DFP**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1. Base de preparação**

#### **Informações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de barragens, edificações, máquinas, móveis e veículos na data de convergência para IFRS, e determinados ativos financeiros

compreendendo ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

## **2.2. Consolidação**

### **Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### **a) Controlada**

Controlada é uma entidade na qual a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as adotadas pela Companhia.

A posição de 31 de dezembro de 2015 está descrita na nota 10.

## **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

## **2.4. Instrumentos financeiros**

### **2.4.1. Classificação**

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes instrumentos financeiros:

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

ii. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes (vide nota 7), e demais contas a receber".

A Companhia e sua controlada não operam com derivativos e também não aplicam a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

#### **2.4.2. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e sua controlada tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

#### **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.4.4. *Impairment* de ativos financeiros**

##### **Ativos negociados ao custo amortizado**

A Companhia e sua controlada avaliam no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e sua controlada utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda anteriormente

reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se o *impairment* não tivesse sido reconhecido.

O teste de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa 2.6.

## **2.5. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

## **2.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - *Impairment***

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

## **2.7. Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados na rubrica (“outros ativos”) no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

## **2.8. Despesas pagas antecipadamente**

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo da concessão.

## **2.9. Serviços em curso**

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do circulante no passivo, relacionada a provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

## 2.10. Ativos intangíveis

### 2.10.1. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e sua controlada, são reconhecidos como ativos intangíveis.

### 2.10.2. Utilização de bem público – UBP

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, a Companhia pagou, ao longo de cinco anos, contados a partir das assinaturas dos contratos, valores anuais, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do período de concessão.

## 2.11. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido a Companhia e sua controlada entenderem que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão / autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente, como segue:

Vida útil média remanescente:

	Controladora	Controlada
Reservatórios, barragens e adutoras	15	46
Edificações, obras civis e benfeitorias	20	44
Máquinas e equipamentos	12	31
Veículos	5	4
Móveis e utensílios	6	14

A Administração da Companhia e sua controlada entendem, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão / autorização e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia e sua controlada avaliarão os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

#### **2.11.1. Contratos de concessão**

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a ANEEL assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão – RGR (exceto recursos retidos originalmente pela Cesp e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/98 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a ANEEL e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8MW médios são disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 14 de maio de 2015, foi publicada a portaria Ministério de Minas e Energia - MME nº 156/2015, que autorizou o aumento da garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas ("UHE") Capivara, UHE Rosana e UHE Taquaruçu, sob concessão da Companhia.

Em razão dessa autorização, a garantia física de energia total da Companhia passou de 1.085,6 MW médios para 1.104,8 MW médios.

Após a finalização da modernização da Unidade Geradora 1 da UHE Chavantes, a ANEEL publicou em 29 de julho de 2015, o despacho nº 2.436/2015 que autorizou o acréscimo de 4,1 MW médios na garantia física da usina.

Dessa forma a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.104,8 MW médios para 1.108,9 MW médios.

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	176,1	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	337,5	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	205,6	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	182,7	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/1998	29/07/2033
					<b>2.241,3</b>	<b>1.108,9</b>		

## 2.11.2. Resoluções autorizativas

### Controlada

A ANEEL autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (“SEBAND”).

Em fevereiro de 2007, a Duke Energy International, Brasil Ltda. (“Duke Brasil”) e a SEBAND assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Duke Energy International Geração Sapucaí–Mirim Ltda. (antiga DEB), concomitantemente à transferência integral das quotas da controlada para a Duke Brasil.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a ANEEL autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da SEBAND para a Duke Energy International Geração Sapucaí–Mirim.

Em 22 de abril de 2015, ocorreu a transferência pela Duke Brasil do controle societário da controlada para Companhia, conforme nota 10.

Resolução de Autorização ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Autorização	Vencimento Autorização
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
					<b>32,5</b>	<b>16,2</b>		

## 2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não



financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Os detalhes das análises de impairment da Controladora e controlada estão evidenciados na nota 11.7.

#### **2.13. Fornecedores e outras contas a pagar**

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

#### **2.14. Debêntures e Empréstimos**

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### **2.15. Provisões**

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia e sua controlada liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O

aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua controlada com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

## **2.17. Benefícios a empregados**

### **2.17.1. Obrigações de aposentadoria**

A Companhia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método da unidade de crédito projetada e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1)). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Para este plano, a Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados

com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Neste caso, a Companhia tem obrigações legais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar os benefícios a todos os empregados.

A Companhia reconhece passivo no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

A Companhia reconheceria um ativo no balanço patrimonial se os superávits do plano de benefício definido levassem a uma redução efetiva dos pagamentos de contribuições futuras. No momento, o superávit verificado não atendeu a esse critério e nenhum ativo foi constituído.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Companhia.

#### **2.17.2. Pagamento baseado em ações, liquidados com instrumentos patrimoniais**

Não há plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Diretoria Estatutária.

A Duke Energy Corporation (controladora da Companhia), por outro lado, opera um plano de remuneração baseado em ações, liquidado com seus instrumentos patrimoniais, para o qual elege alguns executivos da Companhia a participar.

A Companhia recebe os serviços dos executivos elegíveis como contraprestação à remuneração baseada em ações da Controladora, sendo estes valores calculados pelo valor justo das ações da Controladora na data da concessão, e reconhecido como despesa, em contrapartida do aumento do patrimônio líquido da Companhia, em conformidade com o CPC 10 R1 (Pagamento baseado em ações) - (vide nota 23.5).

#### **2.17.3. Benefícios de rescisão**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia ou pela controlada antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia e sua controlada reconhecem os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

#### **2.17.4. Participação nos lucros**

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados, com base em uma fórmula que leva em conta o lucro líquido combinado do exercício conforme Acordo Coletivo vigente.

## **2.18. Capital Social**

Ações Ordinárias (ON) e Preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As demais características das ações preferenciais estão descritas na nota 23.1.

## **2.19. Reconhecimento da receita**

### **2.19.1. Receita de comercialização de energia**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iii) quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e controlada, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia e sua controlada, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

### **2.19.2. Receita diferida**

A Companhia e sua controlada possuem contratos de longo prazo de venda de energia contendo, além da cláusula de atualização monetária por índices de preços, a previsão de redução do preço contratado na energia a ser fornecida no futuro. Em consonância com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 05 - Orientação sobre Contratos de Concessão), para fins de linearização da receita ao longo do tempo, a Companhia e sua controlada diferem a parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda no decorrer do contrato.

### **2.19.3. Receita financeira**

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

## **2.20. Distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JSCP**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o pagamento de JSCP, pode ser deduzido do

montante de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado.

## **2.21. Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia e sua controlada elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pela legislação societária brasileira às companhias abertas. Para fins de IFRS, tais demonstrações representam informação financeira suplementar.

## **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada elaboram estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

#### **3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e impostos diferidos**

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos, que tem por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

#### **3.1.2. Vida útil de ativos de longa duração**

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (Ativo imobilizado) em 1º de janeiro de 2009 e contratou consultoria especializada para elaboração da avaliação do ativo imobilizado. A Companhia registra sua depreciação de acordo com a vida útil determinada pelos avaliadores que leva em consideração: (i) os valores residuais dos ativos (de indenização ao final da concessão ou da autorização admitidos pelos reguladores); e (ii) respeita a vida útil econômica estimada pelos reguladores que vem sendo aceita pelo mercado como adequada, a menos que exista evidência robusta de que outra vida útil é mais adequada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperação de ativos de vida longa.

### 3.1.3. Impairment

A Companhia e sua controlada testam a recuperação de seus ativos segregados por unidade geradora de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

### 3.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia e sua controlada não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (" <i>International Accounting Standards Board</i> "), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
Modificações à IFRS 11 / CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto	Refere-se à contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Refere-se à orientação com relação à aplicação do conceito de materialidade.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 38 / CPC 04 (R1) – Ativo Imobilizado e Intangível	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 – CPC 18 – Demonstrações Consolidadas	Refere-se à venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

## **4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO**

### **4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e sua controlada as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia e controlada se concentram na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e da sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela Companhia e sua controlada, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A gestão de risco identifica, avalia e protege a Companhia e sua controlada contra eventuais riscos financeiros.

#### **4.1.1. Risco de mercado**

##### **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa para a Companhia e sua controlada.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelo aumento dos preços nos contratos bilaterais que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

#### **4.1.2. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com máximo de *rating* disponível no mercado.

As classificações de qualidade dos ativos financeiros da Companhia e de sua controlada foram impactados pela redução do grau de investimento do Brasil, decorrente da nova avaliação das principais agências de *ratings* de riscos financeiros.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota 26.1).

#### 4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Companhia e sua controlada investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

#### 4.1.4. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota 16.3).

#### 4.1.5. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua controlada estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes dos últimos 12 meses e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e no Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

				Controladora				
Dívida			31/12/2015	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Debêntures	Emissão	Indexador						
	3ª	CDI	(160.387)	(12.462)	(17.771)	(23.080)	(28.388)	(33.697)
	4ª S1	CDI	(266.045)	(19.341)	(28.148)	(36.954)	(45.760)	(54.566)
	4ª S2	IPCA	(308.543)	(35.189)	(43.420)	(51.650)	(59.880)	(68.111)
	5ª S1	CDI	(241.409)	(18.130)	(26.120)	(34.111)	(42.102)	(50.092)
	5ª S2	IPCA	(283.274)	(34.970)	(42.527)	(50.083)	(57.639)	(65.196)
Empréstimo		CDI	(199.125)	(15.970)	(22.561)	(29.152)	(35.743)	(42.334)
			(1.458.783)	(136.062)	(180.547)	(225.030)	(269.512)	(313.996)
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	416.964	27.603	41.405	55.206	69.008	82.809
Total da exposição líquida			(1.041.819)	(108.459)	(139.142)	(169.824)	(200.504)	(231.187)



			Consolidado					
Dívida			31/12/2015	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Debêntures	Emissão	Indexador						
	3ª	CDI	(160.387)	(12.462)	(17.771)	(23.080)	(28.388)	(33.697)
	4ª S1	CDI	(266.045)	(19.341)	(28.148)	(36.954)	(45.760)	(54.566)
	4ª S2	IPCA	(308.543)	(35.189)	(43.420)	(51.650)	(59.880)	(68.111)
	5ª S1	CDI	(241.409)	(18.130)	(26.120)	(34.111)	(42.102)	(50.092)
	5ª S2	IPCA	(283.274)	(34.970)	(42.527)	(50.083)	(57.639)	(65.196)
Empréstimo		CDI	(199.125)	(15.970)	(22.561)	(29.152)	(35.743)	(42.334)
			<b>(1.458.783)</b>	<b>(136.062)</b>	<b>(180.547)</b>	<b>(225.030)</b>	<b>(269.512)</b>	<b>(313.996)</b>
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	464.069	30.722	46.082	61.443	76.804	92.165
Total da exposição líquida			<b>(994.714)</b>	<b>(105.340)</b>	<b>(134.465)</b>	<b>(163.587)</b>	<b>(192.708)</b>	<b>(221.831)</b>
			<b>Variação dos índices</b>	<b>Cenário - Δ 50%</b>	<b>Cenário - Δ 25%</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário + Δ 25%</b>	<b>Cenário + Δ 50%</b>
			IPCA	5,34%	8,00%	10,67%	13,34%	16,01%
			CDI	6,62%	9,93%	13,24%	16,55%	19,86%

## 4.2. Gestão de capital

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Empréstimos (nota 17)	199.125	-	199.125
Debêntures (nota 16)	1.259.658	1.195.937	1.259.658
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(416.964)	(141.391)	(464.069)
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.041.819</b>	<b>1.054.546</b>	<b>994.714</b>
Patrimônio líquido	1.813.883	1.869.566	1.813.883
<b>Total do capital</b>	<b>2.855.702</b>	<b>2.924.112</b>	<b>2.808.597</b>
<b>Índice de alavancagem financeira (%)*</b>	<b>36,5</b>	<b>36,1</b>	<b>35,4</b>

\*Dívida líquida/total do capital.

Os objetivos da Companhia e da sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos ou devolver capital aos acionistas.

## 4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor,

corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada é o preço de concorrência atual.

#### **4.4. Outros riscos**

##### **4.4.1. Risco hidrológico**

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional – SIN é atendido por cerca de 71% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

##### **4.4.2. Risco de regulação**

As atividades da empresa, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

##### **4.4.3. Risco ambiental**

As atividades e instalações da Companhia e sua controlada estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia e sua controlada operarem suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia e de sua controlada.

A Companhia e sua controlada utilizam-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança – MASS para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia e sua controlada.

#### **5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (vide nota 6):

Caixa e equivalentes de caixa				
Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2015
A-3	BR-1	6	125.051	6
B	BR-1	289.929	-	336.637
B	-	127.026	-	127.423
A-2	BR-1	-	7	-
A-3	-	-	16.330	-
*	*	3	3	3
		<b>416.964</b>	<b>141.391</b>	<b>464.069</b>

\* O saldo de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Caixa e bancos	1.885	3.105	2.301
Aplicações financeiras			
Certificado de depósito bancário - CDB	397.063	135.462	443.605
Fundo renda fixa	18.016	2.824	18.163
	<b>416.964</b>	<b>141.391</b>	<b>464.069</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota 27).

## 7. CLIENTES

### 7.1. Composição do saldo

	Controladora				Consolidado	
	2015		2014		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contratos bilaterais	108.414	651	96.411	-	111.537	779
Contratos de leilão	-	-	27.000	1.245	-	-
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	55.980	-	6.322	-	58.367	-
	<b>164.394</b>	<b>651</b>	<b>129.733</b>	<b>1.245</b>	<b>169.904</b>	<b>779</b>
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(285)	(220)	(285)	(72)	(413)
	<b>164.394</b>	<b>366</b>	<b>129.513</b>	<b>960</b>	<b>169.832</b>	<b>366</b>

## 7.2. Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (ECLD)

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(505)</b>	<b>(505)</b>
ECLD - Duke Energy International Geração Sapucaí – Mirim Ltda.	-	(136)
Constituição	-	(70)
Reversão	220	226
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(285)</b>	<b>(485)</b>

As faturas emitidas pela Companhia e sua controlada referentes aos contratos bilaterais são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento, enquanto os contratos de leilão eram desdobrados em três parcelas iguais, com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao do suprimento e no dia 5 do segundo mês subsequente.

A estimativa de crédito de liquidação duvidosa é avaliada conforme descrito na nota 2.6.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	Controladora				Consolidado	
	2015		2014		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Ativo</b>						
IRPJ e CSLL	2.922	819	8.584	819	3.873	819
PIS e COFINS	1.274	141	7.265	141	1.274	141
ISS	-	-	21	-	-	-
INSS	-	-	39	-	-	1.168
	<b>4.196</b>	<b>960</b>	<b>15.909</b>	<b>960</b>	<b>5.147</b>	<b>2.128</b>
<b>Passivo</b>						
IRPJ e CSLL	117.587	-	75.475	-	118.246	-
PIS e COFINS	10.376	-	10.145	-	10.510	-
ICMS	1.511	-	1.468	-	1.511	-
IRRF sobre JSCP	8.176	-	9.454	-	8.176	-
Outros	411	-	336	-	440	-
	<b>138.061</b>	<b>-</b>	<b>96.878</b>	<b>-</b>	<b>138.883</b>	<b>-</b>
<b>Ativo de imposto diferido</b>						
Diferenças temporárias	-	(72.544)	-	(10.971)	-	(72.544)
Benefício fiscal	-	(28.183)	-	(32.185)	-	(28.183)
Receita diferida	-	(9.338)	-	(4.448)	-	(9.338)
<b>Passivo de imposto diferido</b>						
Ajuste de avaliação patrimonial	-	377.165	-	414.036	-	377.165
Ajuste atuarial plano de pensão	-	2.424	-	1.998	-	2.424
Mais valia - Investimento em controlada	-	3.037	-	-	-	3.037
<b>Passivo de imposto diferido (líquido)</b>	<b>-</b>	<b>272.561</b>	<b>-</b>	<b>368.430</b>	<b>-</b>	<b>272.561</b>

### 8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 425 (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentam o montante de R\$ 213.368 (R\$ 32.268 em 31 de dezembro de 2014), com efeito de R\$ 72.544 de impostos diferidos ativos (R\$ 10.971 em 31 de dezembro de 2014). A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação. A principal variação ocorrida em 2015 é decorrente da liminar concedida à APINE, descrita na nota 1. Em virtude da imprevisibilidade do resultado desta liminar, a Companhia optou por oferecer seus valores à tributação e diferir seus efeitos no resultado, até que o mérito da ação seja julgado.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis).

## 8.2. Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. ("Duke Sudeste"), teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução ANEEL nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	Controladora e Consolidado			Controladora
	2015			2014
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação (vide nota 23.2)	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(222.502)	146.847	(75.655)	(71.653)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>82.904</b>	<b>(54.721)</b>	<b>28.183</b>	<b>32.185</b>

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como conta redutora desses mesmos tributos no passivo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado no exercício conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2015	2014
Amortização do ágio	(11.770)	(12.745)
Reversão da provisão	7.768	8.412
Benefício fiscal	4.002	4.333
<b>Efeito líquido no exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2016	2017	2018	2019	2020 - 2021	2022 - 2024	2025 em diante	Total
Realização estimada	3.695	3.299	2.946	2.630	4.445	5.035	6.133	28.183

### 8.3. Demonstrações da apuração do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2015			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>252.847</b>			<b>395.117</b>		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação</b>	<b>63.212</b>	<b>22.756</b>	<b>85.968</b>	<b>98.779</b>	<b>35.561</b>	<b>134.340</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>						
Amortização encargo credor inflacionário	(2.204)	73	(2.131)	(2.196)	74	(2.122)
Despesas indedutíveis	2.021	591	2.612	2.365	710	3.075
Juros sobre capital próprio	(13.126)	(4.725)	(17.851)	(15.676)	(5.643)	(21.319)
Incentivos fiscais	(2.918)	-	(2.918)	(4.414)	-	(4.414)
Equivalência de controladas	3.355	1.208	4.563	-	-	-
Outros	(46)	3	(43)	(29)	8	(21)
<b>IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>50.294</b>	<b>19.906</b>	<b>70.200</b>	<b>78.829</b>	<b>30.710</b>	<b>109.539</b>
IRPJ e CSLL corrente	123.332	46.200	169.532	102.089	39.084	141.173
IRPJ e CSLL diferidos	(73.038)	(26.294)	(99.332)	(23.260)	(8.374)	(31.634)
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>50.294</b>	<b>19.906</b>	<b>70.200</b>	<b>78.829</b>	<b>30.710</b>	<b>109.539</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>19,9%</b>	<b>7,9%</b>	<b>27,8%</b>	<b>20,0%</b>	<b>7,8%</b>	<b>27,8%</b>

	Consolidado		
	2015		
	IRPJ	CSLL	Total
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>255.038</b>		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação</b>	<b>63.760</b>	<b>22.953</b>	<b>86.713</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>			
Amortização encargo credor inflacionário	(2.204)	73	(2.131)
Despesas indedutíveis	2.021	591	2.612
Juros sobre capital próprio	(13.126)	(4.725)	(17.851)
Incentivos fiscais	(2.918)	-	(2.918)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	4.337	1.672	6.009
Outros	(46)	3	(43)
<b>IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>51.824</b>	<b>20.567</b>	<b>72.391</b>
IRPJ e CSLL corrente	124.862	46.861	171.723
IRPJ e CSLL diferidos	(73.038)	(26.294)	(99.332)
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>51.824</b>	<b>20.567</b>	<b>72.391</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>20,3%</b>	<b>8,1%</b>	<b>28,4%</b>

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Ambiental	5.404	4.977	5.404
Fiscal:	9.214	8.362	9.214
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.356	1.236	1.356
Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL	119	111	119
Débitos em disputa referente à PIS, COFINS, IRPJ,CSLL e IOF	7.739	7.015	7.739
Tusd-g	28.612	25.754	28.612
	<b>43.230</b>	<b>39.093</b>	<b>43.230</b>

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as contingências passivas prováveis e todos são atualizados monetariamente (vide nota 20).

- i. **Ambiental** – Depósitos judiciais efetuados pela Companhia nos autos de ações anulatórias movidas contra o Instituto Ambiental do Paraná – IAP e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, referentes à multas administrativas.
- ii. **Fiscal:**
  - a. **IPTU (Município de Primeiro de Maio)** – A Companhia ajuizou ação anulatória de débitos fiscais em face do Município de Primeiro de Maio, débitos estes relativos ao Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU incidente sobre imóveis que correspondem à parte do reservatório da bacia de Capivara. Os depósitos judiciais ocorreram em 2008 e 2010.
  - b. **Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL** – Depósitos judiciais referentes a mandado de segurança ajuizado com o objetivo de obter concessão de segurança para fins de ser reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada.
  - c. **Débitos em disputa referente à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF** – Depósito judicial efetuado em mandado de segurança para fins de garantia do juízo e suspensão da exigibilidade do débito fiscal relativo à multa de mora. A Companhia, apoiada em parecer de assessores legais, entende que a multa de mora não é devida a partir de denúncia espontânea, conforme previsto no artigo 138 do Código Tributário Nacional e, assim, nenhum passivo foi contabilizado em relação a essa discussão.
  - d. **Execução Fiscal - Município de Diamante do Norte** – Depósito judicial realizado a fim de possibilitar a oposição de embargos de devedor nos autos de execução fiscal por meio da qual se exige crédito tributário supostamente devido a título de “Alvará de Localização/Funcionamento e Vigilância Sanitária” relativo ao reservatório de Rosana. O entendimento da Companhia, embasado por parecer de seus assessores legais, é de que o Município de Diamante do Norte é incompetente para a cobrança do tributo objeto da execução fiscal, uma vez que o reservatório de Rosana se localiza no Município de Rosana/SP.

- iii. **Tusd-g** – Depósitos judiciais para fins de obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD e de pagar o Passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota 13 para uma descrição do andamento das discussões referentes à Tusd-g.

## 10. INVESTIMENTO

Em 22 de abril de 2015, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.182/2015, por meio da qual a ANEEL aprovou a transferência do controle societário direto da Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda. (então DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda.) para a Duke Energy International – Geração Paranapanema S.A., a qual, foi concluída em 06 de maio de 2015.

A partir dessa data, a Controladora passou a reconhecer os resultados apurados na controlada por meio de equivalência patrimonial, e os saldos iniciais em 6 de maio de 2015, eram:

	Controlada
<b>Saldo em 06 de maio de 2015</b>	
Patrimônio líquido na data de aquisição	200.368
Ativo total	217.061
Receita líquida	14.223

A contraprestação para a aquisição do controle acionário foi de R\$ 191.433 e o pagamento desse valor ocorreu na mesma data da conclusão do processo de transferência do controle societário. A diferença apurada entre a contraprestação paga e o valor patrimonial da controlada na data da aquisição, no montante de R\$ 5.897 (vide nota 23.2), líquido dos efeitos tributários, foi registrada como uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Controladora, uma vez que se trata de uma operação entre entidades sob controle comum.

### a) Controlada

Empresa controlada	2015		
	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	Valor Patrimonial
Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	398.617.358	99,99%	186.948



**b) Movimentação dos investimentos da Controladora**

	Controlada
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	-
Aquisição - Duke Energy Int. Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	200.368
Equivalência patrimonial	(13.420)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2015</b>	<b>186.948</b>

**c) Informações financeiras da controlada**

	Controlada
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	
Patrimônio líquido	186.948
Prejuízo líquido do período	(13.420)
Ativo total	207.679
Receita líquida do período	25.237

**11. IMOBILIZADO**

**a) Composição**

	Controladora			
	2015			2014
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
Terrenos	210.982	-	210.982	210.989
Reservatórios, barragens e adutoras	3.407.815	(1.064.807)	2.343.008	2.493.441
Edificações, obras civis e benfeitorias	454.593	(156.324)	298.269	312.605
Máquinas e equipamentos	851.299	(309.174)	542.125	557.533
Veículos	6.252	(2.014)	4.238	4.426
Móveis e utensílios	1.976	(1.511)	465	373
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)
	<b>4.732.242</b>	<b>(1.533.830)</b>	<b>3.198.412</b>	<b>3.378.692</b>
<b>Em curso</b>				
Terrenos	4.248	-	4.248	4.248
Reservatórios, barragens e adutoras	2.124	-	2.124	1.898
Edificações, obras civis e benfeitorias	207	-	207	1.529
Máquinas e equipamentos	83.149	-	83.149	71.991
Veículos	1.104	-	1.104	1.453
Móveis e utensílios	1.546	-	1.546	1.155
	<b>92.378</b>	<b>-</b>	<b>92.378</b>	<b>82.274</b>
	<b>4.824.620</b>	<b>(1.533.830)</b>	<b>3.290.790</b>	<b>3.460.966</b>
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(2.017)	502	(1.515)	(1.595)
	<b>4.822.603</b>	<b>(1.533.328)</b>	<b>3.289.275</b>	<b>3.459.371</b>

	Consolidado			Taxa média anual de depreciação
	2015			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Em serviço				
Terrenos	220.387	-	220.387	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.642.364	(1.077.085)	2.565.279	4,3%
Edificações, obras civis e benfeitorias	492.154	(158.470)	333.684	3,2%
Máquinas e equipamentos	969.690	(318.096)	651.594	5,1%
Veículos	6.312	(2.040)	4.272	13,7%
Móveis e utensílios	2.094	(1.526)	568	4,6%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	
	5.132.326	(1.557.217)	3.575.109	
Em curso				
Terrenos	14.015	-	14.015	
Reservatórios, barragens e adutoras	2.387	-	2.387	
Edificações, obras civis e benfeitorias	333	-	333	
Máquinas e equipamentos	86.055	-	86.055	
Veículos	1.104	-	1.104	
Móveis e utensílios	1.546	-	1.546	
	105.440	-	105.440	
Reversão/(perda) pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01 - vide nota 2.12)	(261.384)	24.034	(237.350)	
	4.976.382	(1.533.183)	3.443.199	
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(2.017)	502	(1.515)	
	4.974.365	(1.532.681)	3.441.684	

## b) Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2014	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/12/2015
Terrenos	215.237	-	-	(7)	-	215.230
Reservatórios, barragens e adutoras	2.495.339	1.563	(153.069)	-	1.299	2.345.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	314.134	563	(14.916)	(1.159)	(146)	298.476
Máquinas e equipamentos	629.524	46.404	(45.093)	(4.832)	(729)	625.274
Veículos	5.879	1.274	(833)	(879)	(99)	5.342
Móveis e utensílios	1.528	890	(81)	(1)	(325)	2.011
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	<b>3.460.966</b>	<b>50.694</b>	<b>(213.992)</b>	<b>(6.878)</b>	<b>-</b>	<b>3.290.790</b>
(-) Obrigações especiais (vide Nota 21)	(1.595)	-	80	-	-	(1.515)
	<b>3.459.371</b>	<b>50.694</b>	<b>(213.912)</b>	<b>(6.878)</b>	<b>-</b>	<b>3.289.275</b>

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2014	Aquisição Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/12/2015
Terrenos	215.237	18.950	222	-	(7)	-	234.402
Reservatórios, barragens e adutoras	2.495.339	225.913	1.777	(156.349)	-	986	2.567.666
Edificações, obras civis e benfeitorias	314.134	36.103	563	(15.470)	(1.159)	(154)	334.017
Máquinas e equipamentos	629.524	113.128	47.746	(47.507)	(4.833)	(409)	737.649
Veículos	5.879	40	1.273	(838)	(880)	(98)	5.376
Móveis e utensílios	1.528	107	891	(87)	-	(325)	2.114
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	-	(200.675)
	3.460.966	394.241	52.472	(220.251)	(6.879)	-	3.680.549
Reversão/(perda) pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01 - vide Nota 2.12)	-	(220.424)	-	8.476	(25.402)	-	(237.350)
	3.460.966	173.817	52.472	(211.775)	(32.281)	-	3.443.199
(-) Obrigações especiais (vide Nota 21)	(1.595)	-	-	80	-	-	(1.515)
	3.459.371	173.817	52.472	(211.695)	(32.281)	-	3.441.684

### 11.1. Custo atribuído no ativo imobilizado

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (Ativo imobilizado) e contratou uma consultoria especializada para elaboração da avaliação do Ativo imobilizado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, método de depreciação de Ross-Heidecke, que considera o estado de conservação e a vida transcorrida da edificação para obter seu custo atribuído, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Em 1º de janeiro de 2009, data da adoção inicial do IFRS, o ativo imobilizado foi acrescido em R\$ 2.083.565 pela aplicação do custo atribuído em contrapartida de ajustes de avaliação patrimonial no grupo do patrimônio líquido. No contexto do cálculo do valor justo, a Companhia considerou os valores residuais reembolsáveis de concessão e o acréscimo do valor justo foi limitado ao valor de indenização. Desta forma, a Companhia constituiu reserva de R\$ 200.675, referente saldo residual ao final da concessão das usinas Canoas I e II.

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi de R\$ 103.984 e R\$ 102.969, respectivamente.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico.

### 11.2. Taxas de depreciação

A Companhia e sua controlada calculam a depreciação pelo método linear, por componente, cuja taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens de acordo com estabelecido pelo órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.

### 11.3. Bens vinculados à concessão

Em 15 de dezembro de 2015 foi publicada a resolução normativa nº 691 da ANEEL, que disciplina a desvinculação dos bens servíveis à concessão/autorização, por iniciativa do agente setorial, e revoga a resolução nº 20/1999, ficando, portanto, dispensada da obrigação de solicitar anuência prévia ao órgão regulador para desvinculação dos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os bens vinculados à concessão/autorização representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da Controladora e controlada.

#### **11.4. Repotenciação e Modernização da UHE Capivara**

Em 13 de maio de 2015, foi publicada pela ANEEL a Portaria nº 156/2016, que revisou extraordinariamente a Garantia Física da UHE Capivara.

Em setembro de 2015, foi assinado contrato de repotenciação e modernização das unidades geradoras UHE Capivara. Este projeto contemplará a substituição das turbinas hidráulicas por outras de melhor rendimento, possibilitando um aumento de 8,1MW na garantia física da usina. A obra tem previsão para início em 2016 e o montante estimado é de R\$ 133 milhões.

#### **11.5. Expansão 15%**

A Companhia informa que a Ação de Obrigação de Fazer movida pelo Estado de São Paulo referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada tramita em segredo de justiça.

#### **11.6. Venda de Ativo**

##### **11.6.1. Pousada Salto Grande**

Em 31 de Julho de 2014, foi realizado o leilão público para venda da pousada “Salto Grande”. O lance vencedor foi no montante de R\$ 4.020, sendo 25% pagos em 01 de agosto de 2014 e os 75% restantes em 23 de setembro de 2014, conforme contrato entre as partes.

O custo apurado na venda do imobilizado foi de R\$ 178, correspondente ao saldo residual do bem na data da transação. O resultado apurado na transação está registrado na rubrica “Outras Receitas Operacionais”, na demonstração do resultado do exercício.

##### **11.6.2. Pousada Jurumirim**

Em 13 de dezembro de 2014, foi realizado o leilão público para venda da pousada Jurumirim. O lance vencedor foi no montante de R\$ 2.880, sendo 25% pagos a título de sinal e os 75% restantes em 13 de janeiro de 2015, conforme contrato entre as partes. A transferência definitiva da propriedade do imóvel da Duke Energy para o comprador ocorreu em 2015.

O custo apurado na venda do imobilizado foi de R\$ 777, correspondente ao saldo residual do bem. O resultado apurado na transação está registrado na rubrica “Outras Receitas Operacionais”, na demonstração do resultado do exercício.

#### **11.7. Análise de *Impairment***

Durante o exercício, a Companhia verificou uma mudança no cenário macroeconômico do setor elétrico que gerou impactos nos resultados auferidos no decorrer do exercício. A Companhia entende que a referida situação poderia impactar no valor recuperável de seus ativos. Dessa forma, a Administração efetuou uma análise do valor recuperável desses ativos, a qual não indicou perda por *impairment* a ser reconhecida em 31 de dezembro de 2015.

No mesmo período a controlada utilizou como metodologia para o cálculo do valor recuperável dos ativos, a geração de caixa futuro projetada até o final da autorização, com receitas e despesas projetadas, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização, baseadas no orçamento projetado. O fluxo de caixa descontado utilizou a taxa de desconto (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) de 12,8%, tendo como saldo o montante de R\$ 237.350. A movimentação do saldo em 2015 é conforme descrito abaixo:

	Controlada
<b>Saldo em 06 de Maio de 2015</b>	<b>(220.424)</b>
Amortização	8.476
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(25.402)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>(237.350)</b>

O *impairment* é amortizado e sua contabilização é registrada no grupo do ativo imobilizado, tendo como vida útil o prazo final da autorização.

## 12. INTANGÍVEL

O saldo em 31 de dezembro de 2015 é constituído por direitos de uso de *software*, servidão de passagem e por UBP.

### a) Composição

	Controladora			
	2015			2014
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
UBP	53.494	(27.587)	25.907	27.759
Software	24.648	(21.002)	3.646	2.337
Servidão de passagem	75	-	75	75
	<b>78.217</b>	<b>(48.589)</b>	<b>29.628</b>	<b>30.171</b>
<b>Em curso</b>				
Software	758	-	758	1.980
Servidão de passagem	-	-	-	-
	<b>758</b>	<b>-</b>	<b>758</b>	<b>1.980</b>
	<b>78.975</b>	<b>(48.589)</b>	<b>30.386</b>	<b>32.151</b>
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(2.207)	1.064	(1.143)	(1.585)
	<b>76.768</b>	<b>(47.525)</b>	<b>29.243</b>	<b>30.566</b>

	Consolidado			Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>				
UBP	53.494	(27.587)	25.907	3,5%
Software	24.713	(21.026)	3.687	5,1%
Servidão de passagem	262	-	262	
	<b>78.469</b>	<b>(48.613)</b>	<b>29.856</b>	
<b>Em curso</b>				
Software	758	-	758	
Servidão de passagem	17	-	17	
	<b>775</b>	<b>-</b>	<b>775</b>	
	<b>79.244</b>	<b>(48.613)</b>	<b>30.631</b>	
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(2.207)	1.064	(1.143)	
	<b>77.037</b>	<b>(47.549)</b>	<b>29.488</b>	

## b) Movimentação intangível

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2014	Adições	Amortização	Baixas	Valor líquido em 31/12/2015
UBP	27.759	-	(1.852)	-	25.907
Software	4.317	1.292	(1.186)	(19)	4.404
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	<b>32.151</b>	<b>1.292</b>	<b>(3.038)</b>	<b>(19)</b>	<b>30.386</b>
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.585)	-	442	-	(1.143)
	<b>30.566</b>	<b>1.292</b>	<b>(2.596)</b>	<b>(19)</b>	<b>29.243</b>

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2014	Aquisição Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	Adições	Amortização	Baixas	Valor líquido em 31/12/2015
UBP	27.759	-	-	(1.852)	-	25.907
Software	4.317	50	1.292	(1.195)	(19)	4.445
Servidão de passagem	75	204	-	-	-	279
	<b>32.151</b>	<b>254</b>	<b>1.292</b>	<b>(3.047)</b>	<b>(19)</b>	<b>30.631</b>
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.585)	-	-	442	-	(1.143)
	<b>30.566</b>	<b>254</b>	<b>1.292</b>	<b>(2.605)</b>	<b>(19)</b>	<b>29.488</b>

## 13. FORNECEDORES

	Controladora				Consolidado	
	2015		2014		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Suprimento de energia elétrica	152.376	-	59.111	-	155.819	-
Materiais e serviços contratados	8.073	-	9.398	-	8.350	-
Encargos de uso da rede elétrica	11.512	9.802	10.604	6.861	11.550	9.802
Tust	10.455	-	9.698	-	10.455	-
Tusd-g	1.030	9.802	884	6.861	1.068	9.802
Encargos de conexão	27	-	22	-	27	-
	<b>171.961</b>	<b>9.802</b>	<b>79.113</b>	<b>6.861</b>	<b>175.719</b>	<b>9.802</b>

Na rubrica de suprimento de energia elétrica temos o efeito de R\$ 97.300 na Controladora e R\$ 99.013 no Consolidado, referente ao recebimento da CCEE relativo à liminar sobre o GSF concedida à APINE, conforme descrito na nota 1. O restante do valor trata-se da operação normal de compra de energia.

## **Encargos de uso da rede elétrica**

A ANEEL regula as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pela Companhia são: (i) Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão – Tust; (ii) Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição – TUSD-g; e (iii) Encargos de Conexão (vide nota 26.3).

A Companhia atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da TUSD-g, pelo entendimento de que as Demais Instalações de Transmissão – DITs e os Transformadores de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remunerar estes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na diretriz do sinal locacional.

Em junho de 2009, a Companhia requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da TUSD-g e a determinação judicial para que os contratos de uso do sistema de distribuição (“CUSD”) com as distribuidoras fossem considerados assinados. Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os CUSD como assinados.

Desta forma, diante da obrigação de pagar tais valores, em 30 de junho de 2009, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de R\$ 71.262 (R\$ 59.311 registrado na rubrica Encargos do Uso da Rede Elétrica e R\$ 11.951 registrado na rubrica Despesas Financeiras), sendo, R\$ 30.534 no Passivo Circulante e R\$ 40.728 no Passivo Não Circulante, ajustando o valor registrado ao montante estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007.

A Companhia recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 349/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou totalmente procedentes os pedidos da Companhia na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. A Companhia efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 69.073 (R\$ 60.982 em 31 de dezembro de 2014). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 9.802 (R\$ 6.861 em 31 de dezembro de 2014).

## **14. ARBITRAGEM**

Os custos extraordinários incorridos durante a construção da PCH Retiro foram objeto de discussão em procedimento arbitral, instaurado entre a controlada e a empresa contratada para construção do empreendimento. Em 2012, foi proferida sentença arbitral (arbitragem 45/2009), através da qual restou definida a responsabilidade de cada parte, por tais custos adicionais, restando apenas o cálculo final dos valores correspondentes. A controlada considerou no custo total do projeto, valores referentes a eventuais acertos finais decorrentes dessa fase de liquidação, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$15.081.

Em janeiro de 2016 foi proferida a sentença arbitral final, conforme descrito na nota 34.1.

## **15. PARTES RELACIONADAS**

### **15.1. Transações e saldos**

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a empresa coligada Duke Energy International, Brasil Ltda. O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 234 (R\$ 409 em 31 de dezembro de 2014).

Na medida em que clientes da Companhia e sua controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Duke Brasil fornece tais garantias, cujo montante em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 189.394 e R\$ 1.687 respectivamente (R\$ 196.759 em 31 de dezembro de 2014). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos.

### **15.2. Contrato de desenvolvimento de projetos**

Em 21 de dezembro de 2012, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 334/2008 e políticas internas da Companhia foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a assinatura do Contrato de Desenvolvimento de Projetos ("Contrato"), pelo prazo de 4 (quatro) anos, tendo como contraparte empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, Duke Brasil, acionista controladora da Companhia, que tem por objeto social a participação em licitações e/ou leilões realizados no âmbito do setor elétrico, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações.

Trata-se da iniciativa da Companhia e da Duke Brasil de disciplinarem a forma de desenvolvimento e aquisição de projetos no setor elétrico, sendo que a Duke Brasil assumiria todos os custos para estudos de novos projetos, bem como os riscos associados ao desenvolvimento propriamente dito, até a obtenção da fase de operação comercial, bem como obteria todas as licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento, construção e/ou operação de cada projeto e a Companhia forneceria suporte técnico, operacional e pessoal para a Duke Brasil, nos termos do Contrato.

Em dezembro de 2013, foi instituído o Comitê Independente para estudo de potencial aquisição do projeto desenvolvido pela empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. ("Projeto"), o qual já atingiu a Fase de Operação Comercial, nos termos do Contrato e da legislação em vigor.

O objetivo do Comitê Independente foi assegurar que as transações com Partes Relacionadas, realizadas no âmbito do Contrato, estejam sempre em cumprimento estrito das condições em bases comutativas, negociadas independentemente por meio de um processo transparente e seguro. Tal órgão foi formado por 03 (três) membros, sendo 01 (um) membro nomeado pelos representantes dos acionistas minoritários da Companhia, 01 (um) pela Duke Brasil, e o terceiro mediante acordo mútuo dos 02 (dois) primeiros membros.

Em setembro de 2014, após análise pelo Comitê Independente da transação, foi emitida a seguinte recomendação à Assembleia Geral de Acionistas, que seria responsável por analisar a aquisição da DEB pela Companhia: *"(a) o encaminhamento do report de Due Diligence sobre a DEB para análise do Conselho de Administração, uma vez que, em seu entendimento, ele abordou de forma adequada a situação técnica, fiscal, contábil, ambiental, regulatória e legal do Projeto; (b) o encaminhamento, ao Conselho de Administração, da minuta de Contrato de Compra e Venda de Quotas, a ser firmado entre Duke Brasil e a Companhia com a interveniência da DEB, para aprovação dos órgãos sociais da Companhia competentes para prosseguimento da Transação; (c) a adoção do Preço de Transferência, e correspondente*



*Preço de Aquisição, de R\$ 181 milhões somado ao caixa adquirido de R\$ 10,4 milhões, totalizando R\$ 191,4 milhões (conforme nota 10), para compra e venda da totalidade da participação da Duke Brasil no Projeto, sendo que o Preço de Aquisição estará sujeito a ajuste, para mais ou para menos, em decorrência de qualquer eventual variação na posição da Dívida Líquida da Sociedade verificada entre (i) 30 de junho de 2014; e (ii) a Data de Fechamento, conforme vier a constar das Demonstrações Financeiras do Fechamento; e (d) o estabelecimento do prazo de até 6 (seis) meses contados da data de assinatura do contrato para a obtenção da competente autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para a transferência da participação societária”.*

Durante a Assembleia Geral de Acionistas, realizada no dia 02 de outubro de 2014, foi aprovado o exercício da opção de compra do Projeto pela Companhia, nos termos da Cláusula VII, item 7.1 do Contrato de Desenvolvimento de Projetos assinado entre a Companhia e a Duke Brasil em 21 de dezembro de 2012, condicionada à prévia anuência da ANEEL, nos termos da Resolução da ANEEL nº 484/2012, a qual foi obtida por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.182/2015, de 22 de abril de 2015.

Em 06 de maio de 2015, a Companhia adquiriu 99,99% de participação societária na controlada, com base nos acordos contratuais firmados entre Duke Brasil e a Companhia, passando a DEB (atual Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.) a ser subsidiária da Companhia.

### **15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Em 27 de abril de 2015, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 12.050 para 2015, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 2.200 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 8.800 para a Diretoria e (c) R\$ 1.050 para o Conselho Fiscal.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2015	2014
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	8.581	6.171
Benefícios pós-emprego	270	224
Conselho fiscal	949	956
	<b>9.800</b>	<b>7.351</b>
Pagamento baseado em ações (nota 23.5)	34	25
	<b>9.834</b>	<b>7.376</b>

Alguns administradores da Companhia eram elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Program – LTI*), estabelecido e composto por ações da sua Controladora indireta. No ano de 2015, a Companhia reconheceu como despesas relativas ao plano de pagamento baseado em ações da Controladora o montante de R\$ 34 (R\$ 25 no ano de 2014). A Companhia não possui plano local envolvendo suas ações.

## 16. DEBÊNTURES

### 16.1. Composição e vencimento das debêntures

#### a) Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
				2015			2015		
				Circulante			Não Circulante		
				Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	75.000	10.386	85.386	75.000	-	75.000
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.325	16.279	99.604	166.675	(234)	166.441
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	8.195	8.195	250.000	50.348	300.348
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	-	3.377	3.377	239.000	(967)	238.033
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	11.412	11.412	240.000	31.862	271.862
				<b>158.325</b>	<b>49.649</b>	<b>207.974</b>	<b>970.675</b>	<b>81.009</b>	<b>1.051.684</b>

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora			Controladora		
				2014			2014		
				Circulante			Não Circulante		
				Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	-	8.515	8.515	150.000	(195)	149.805
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	-	13.265	13.265	250.000	(389)	249.611
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	7.589	7.589	250.000	21.099	271.099
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	-	2.724	2.724	239.000	(1.367)	237.633
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	10.491	10.491	240.000	5.205	245.205
				<b>-</b>	<b>42.584</b>	<b>42.584</b>	<b>1.129.000</b>	<b>24.353</b>	<b>1.153.353</b>

#### b) Vencimento

Vencimento a longo prazo	2015
	Não Circulante
<b>2017</b>	237.064
<b>2018</b>	162.167
<b>2019</b>	170.192
<b>2020</b>	90.676
<b>2021</b>	190.953
<b>2022</b>	100.030
<b>2023</b>	100.602
	<b>1.051.684</b>

## 16.2. Movimentação

	3ª Emissão	4ª Emissão		5ª Emissão		Total
	Série Única	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	158.320	262.876	278.688	240.357	255.696	1.195.937
<b>Movimentação das debêntures</b>						
Custos de transação	195	156	78	400	286	1.115
Apropriação de juros	21.040	33.746	18.281	32.848	19.195	125.110
Apropriação de variação monetária	-	-	29.171	-	26.370	55.541
Pagamento de juros	(19.169)	(30.733)	(17.675)	(32.195)	(18.273)	(118.045)
	2.066	3.169	29.855	1.053	27.578	63.721
Saldo em 31 de dezembro de 2015	160.386	266.045	308.543	241.410	283.274	1.259.658

## 16.3. Covenants Financeiros

As cláusulas restritivas (*covenants*) previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Terceira, Quarta e Quinta emissões da Companhia são:

1. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
2. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos *covenants*.

## 16.4. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas à índices financeiros mencionadas anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos:

- (i) Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões;
- (ii) Transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela *Moody's* ou *Standard & Poor's* ou na falta destas, a *Fitch*, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;
- (iii) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;
- (iv) Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica;
- (v) Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia.
- (vi) Outros eventos detalhados nas escrituras de emissão das debêntures.

## 17. EMPRÉSTIMO

Em 05 de maio de 2015, a Controladora realizou captação de um empréstimo com o banco Citibank, no montante de R\$ 181.000, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,4% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo é de dois anos, podendo ocorrer um pré-pagamento, após o primeiro ano de vigência do contrato. Não há ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas.

### 17.1. Composição e vencimento

#### a) Composição

Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado		
		2015		
		Não Circulante		
		Principal	Juros	Total
Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	181.000	18.125	199.125

Vencimento a longo prazo	2015
	Não Circulante
2017	199.125
	<b>199.125</b>

#### b) Movimentação

	2015
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	-
<b>Movimentação do empréstimo</b>	
Captação de empréstimo	181.000
Apropriação juros	18.125
<b>Saldo em 30 de dezembro de 2015</b>	<b>199.125</b>

## 18. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

A Companhia firmou compromissos com as Prefeituras Municipais da Bacia Capivara e com o Departamento de Estrada de Rodagem do Paraná, partes integrantes do Cibacap, envolvidos com a formação do reservatório da UHE Capivara ("Capivara"). Esses compromissos envolvem projetos, conforme acordo de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC existente em função das perdas, danos e/ou prejuízos causados a estes municípios em virtude da construção de Capivara.

A Companhia está em tratativas sobre a execução deste TAC, motivo pelo qual não se classificou valores no curto prazo.

A Companhia revê periodicamente os montantes de recursos necessários para fazer frente às obrigações deste contrato, ajustando o saldo da provisão no passivo sempre que necessário.

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Circulante	-	2.283	-
Não circulante	10.135	6.935	10.135
	<b>10.135</b>	<b>9.218</b>	<b>10.135</b>

## 19. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

As obrigações com a Fundação CESP (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

Conciliação dos ativos/(passivos) a serem reconhecidos no balanço patrimonial	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(196.393)	(189.373)
Valor justo dos ativos	232.080	228.043
Potencial ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial antes do ajuste	35.687	38.670
Efeito do limite do ativo devido	(35.687)	(38.670)
<b>(Passivo)/ativo reconhecido no balanço patrimonial após o ajuste</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O CPC 33 (R1) (Benefícios a empregados) exige que ativos eventualmente gerados sejam analisados e, caso não seja evidenciada a possibilidade de utilização desses recursos pela Companhia, deve-se aplicar tal restrição. A restrição, de reconhecimento do ativo na Companhia, ocorreu devido ao fato de que os superávits do plano de previdência não serão utilizados pela Companhia como redução futura de contribuições ou retorno de recursos para a mesma.

Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial	2015	2014
(Despesa)/receita do exercício	(2.084)	(1.254)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	799	797
Ganho/(perda) reconhecido imediatamente - efeito no patrimônio líquido	(4.140)	(15.461)
Variação do efeito do limite do ativo - efeito no patrimônio líquido	5.425	15.918
<b>(Passivo)/ativo a ser reconhecido no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Valor presente das obrigações no início do exercício	189.373	166.703
Custo do serviço corrente	3.241	2.275
Da Duke Paranapanema	2.187	1.351
Contribuições dos empregados	1.054	924
Custo dos juros	21.407	20.814
Benefícios pagos no exercício	(10.990)	(10.211)
(Ganho)/perda no passivo	(6.638)	9.792
<b>Valor presente das obrigações no final do exercício</b>	<b>196.393</b>	<b>189.373</b>

<b>Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Valor justo dos ativos no início do exercício	228.043	214.761
Atualização do valor justo	(1.837)	314
Valor justo dos ativos ajustado	226.206	215.075
Rendimento real dos ativos	15.011	21.458
Rendimento esperado	25.789	27.127
Perda	(10.778)	(5.669)
Contribuições no exercício	1.853	1.721
Benefícios pagos no exercício	(10.990)	(10.211)
<b>Valor justo dos ativos no final do exercício</b>	<b>232.080</b>	<b>228.043</b>

<b>Despesa/(receita) anual reconhecida no resultado do exercício</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Custo do serviço corrente	3.241	2.275
Custo dos juros	(4.382)	(6.313)
Contribuições dos empregados	(1.054)	(924)
Juros sobre o ajuste do limite	4.279	6.216
<b>Total</b>	<b>2.084</b>	<b>1.254</b>

#### Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

<b>Hipóteses Econômicas</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Taxa de desconto (*)	12,29% ao ano	11,62% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	12,29% ao ano	11,62% ao ano
Crescimentos salariais futuros	8,67% ao ano	8,88% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	5,00% ao ano	5,20% ao ano
Inflação	5,00% ao ano	5,20% ao ano
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%

(\*) Utilização de taxas nominais

Hipóteses Demográficas	2015	2014
Tábua de Mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949	AT-1949
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Rotatividade	Experiência Fundação Cesp 2012	Experiência Fundação Cesp 2012
Idade de Aposentadoria	Idade com direito a todos os benefícios integrais	Idade com direito a todos os benefícios integrais
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens do que os maridos	Esposas são 4 anos mais jovens do que os maridos

### 19.1. Fundação CESP III

A Companhia é copatrocinadora da Fundação CESP, entidade jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade proporcionar benefícios de suplementação de aposentadoria e pensões, utilizando o regime financeiro de capitalização, de acordo com o qual o valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições e rendimentos, determina as necessidades de reservas.

O contrato de Confissão de Dívida para financiamento de déficit atuarial, referente ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), possui originalmente, vencimento final em 30 de novembro de 2017. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial, ou pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), acrescida de juros de 6% ao ano, dos dois aplica-se o maior, sendo este incorporado mensalmente ao valor do principal.

De acordo com a cláusula 10ª, após a publicação anual do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios (DRAA), relativo ao exercício anterior, será comparado ao saldo da dívida. Sempre que o saldo remanescente for maior que o valor apontado no DRAA como passivo a descoberto do plano, as prestações estipuladas na cláusula 8ª do presente instrumento serão reduzidas na mesma proporção. Caso da comparação retro referida resulte, ao contrário, em um valor menor do que o apontado no DRAA, as prestações estipuladas na cláusula 8ª serão revistas de modo a manter na íntegra a obrigação prevista neste contrato, observada os termos da cláusula 9ª, parágrafo único. Em virtude da apresentação de superávit, o saldo foi reduzido a zero em janeiro de 2007, superávit este verificado até 31 de dezembro de 2015.

Referido contrato é considerado, na sua essência, uma garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

## 19.2. Deliberação CVM nº 695/12 (CPC 33 (R1))

A Companhia designou a Towers Watson Consultoria Ltda., para conduzir a avaliação atuarial de seus benefícios pós-emprego visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1) (Benefícios a empregados), obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 695/2012.

## 20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações em potencial, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.

Os depósitos judiciais, apresentados como redução do saldo, referem-se somente aos depósitos com provisões para riscos trabalhistas e fiscais, sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide nota 9).

### 20.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

#### 20.1.1. Composição

	Controladora			
	2015			2014
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	11.186	(2.303)	8.883	1.921
Fiscais	13.135	(707)	12.428	12.166
Ambientais	8.357	(3.201)	5.156	5.439
	<b>32.678</b>	<b>(6.211)</b>	<b>26.467</b>	<b>19.526</b>

	Consolidado		
	2015		
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas
Trabalhistas	11.430	(2.314)	9.116
Fiscais	13.135	(707)	12.428
Ambientais	8.357	(3.201)	5.156
	<b>32.922</b>	<b>(6.222)</b>	<b>26.700</b>



## 20.1.2. Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Controladora			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.921</b>	<b>12.166</b>	<b>5.439</b>	<b>19.526</b>
<b>Contingências</b>				
Provisões do exercício	5.350	-	2.169	7.519
Reversões do exercício	(336)	-	-	(336)
Atualizações de contingências	2.193	301	748	3.242
Acordos/pagamentos do exercício	(269)	-	-	(269)
	<b>6.938</b>	<b>301</b>	<b>2.917</b>	<b>10.156</b>
<b>Depósitos judiciais</b>				
Atualizações monetárias	(138)	(42)	(194)	(374)
Adições	(180)	-	(3.006)	(3.186)
Baixas	342	3	-	345
	<b>24</b>	<b>(39)</b>	<b>(3.200)</b>	<b>(3.215)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>8.883</b>	<b>12.428</b>	<b>5.156</b>	<b>26.467</b>

	Consolidado			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.921</b>	<b>12.166</b>	<b>5.439</b>	<b>19.526</b>
<b>Contingências</b>				
Reorganização societária - aquisição Duke Energy International Geração Sapucaí - Mirim Ltda.	17	-	-	17
Provisões do exercício	5.798	-	2.169	7.967
Reversões do exercício	(684)	-	-	(684)
Atualizações de contingências	2.321	301	748	3.370
Acordos/pagamentos do exercício	(269)	-	-	(269)
	<b>7.183</b>	<b>301</b>	<b>2.917</b>	<b>10.401</b>
<b>Depósitos judiciais</b>				
Atualizações monetárias	(137)	(42)	(194)	(373)
Adições	(193)	-	(3.006)	(3.199)
Baixas	342	3	-	345
	<b>12</b>	<b>(39)</b>	<b>(3.200)</b>	<b>(3.227)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>9.116</b>	<b>12.428</b>	<b>5.156</b>	<b>26.700</b>

### a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, as contingências trabalhistas líquidas somam R\$ 8.883 na Controladora e R\$ 9.116 no Consolidado (R\$ 1.921 em 31 de dezembro de 2014), referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outras.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de sentença desfavoráveis no período, bem como em função de decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que modificou o critério para atualização de débitos trabalhistas. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e mediante celebração de acordos judiciais.

## **b) Fiscais**

Em 31 de dezembro de 2015, as provisões para riscos fiscais com expectativa de perda provável são referentes:

- i. Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. A Companhia protocolou o processo administrativo nº 19515.003540/2005-96 junto à Receita Federal, que julgou procedente os recolhimentos dos meses de janeiro e fevereiro, permanecendo provisionado o montante relativo a março de 2000, atualizado para 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 2.719 (R\$ 2.616 em 31 de dezembro de 2014);
- ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2011-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizando R\$ 7.915 (R\$ 7.915 em 31 de dezembro de 2014);
- iii. Processo administrativo nº 16349.720107/2011-38, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2001. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam R\$ 557 (R\$ 557 em 31 de dezembro de 2014);
- iv. Processo administrativo nº 16349.720176/2012-22, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de PIS e de COFINS. Foi apresentado recurso administrativo em razão de os valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$ 1.237 (R\$ 1.078 em 31 de dezembro de 2014).

## **c) Ambientais**

Em 31 de dezembro de 2015, as principais provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:

- i. Ação para compensação de impactos ambientais movida pelo Município de Santo Inácio no montante atualizado de R\$ 2.990 (R\$ 2.707 em 31 de dezembro de 2014);
- ii. Ação anulatória de auto de infração movida em face do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA no montante atualizado de R\$ 900 e;
- iii. Provisão para compensação de impactos ambientais referente a terreno localizado no Município de Pederneiras no montante de R\$ 47 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2014).

## 20.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Trabalhistas	8.848	18.162	9.428
Fiscais	126.155	73.326	126.155
Ambientais	20.191	34.718	20.191
Regulatórias	76.503	70.071	76.503
Cíveis	711	-	711
	<b>232.408</b>	<b>196.277</b>	<b>232.988</b>

### a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 8.848 (R\$ 18.162 em 31 de dezembro de 2014) na Controladora e R\$ 9.428 no Consolidado.

A variação na rubrica de contingências trabalhistas é decorrente de reavaliações de determinadas ações judiciais feitas por assessores jurídicos da Companhia que resultaram na constituição de provisão, conforme descrito na nota 20.1a..

### b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2015, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

- i. Mandado de Segurança nº 2004.61.00.025355-3, impetrado em face do Delegado da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo, visando à concessão de liminar/segurança para ser reconhecido o direito da Companhia de, por força de denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional - CTN, não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 7.739 (R\$ 7.068 em 31 de dezembro de 2014);
- ii. Autos de infração referentes à aplicação de multa por suposta falta de emissão de documentos fiscais relativos à Usina de Canoas II, nos anos-bases de 2001 a 2005. A Companhia protocolou processos administrativos junto à Fazenda Estadual do Paraná. Todos os processos estão aguardando decisão definitiva na esfera administrativa, no montante de R\$ 9.282 (R\$ 8.672 em 31 de dezembro de 2014);
- iii. Processos Administrativos originados de pedidos de restituição de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL). Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 29.276 (R\$ 23.218 em 31 de dezembro de 2014);
- iv. Processos administrativos oriundos de pedidos de compensação de tributos pagos a maior pela Companhia (CSLL, IRPJ e COFINS), no montante de R\$ 65.288 (R\$ 31.114 em 31 de dezembro de 2014);

O montante de R\$ 14.570 está pulverizado em vários outros processos.

### **c) Ambientais**

As contingências ambientais com expectativas de perda possível referem-se a Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações judiciais visando declarar a nulidade das multas.

O valor atualizado para 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 20.191 (R\$ 34.718 em 31 de dezembro de 2014).

### **d) Regulatórias**

Em 31 de dezembro de 2015, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível são:

- i. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota 12 ("Encargos de Uso da Rede Elétrica"), a ANEEL lavrou o Auto de Infração nº 014/09-SFG por supostamente não ter a Companhia (i) firmado os Cusd com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da TUSD-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Companhia ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, foi proferida sentença denegando a segurança ao Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, mantendo-se a multa imposta pela ANEEL. Em outubro de 2013 a Companhia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em novembro de 2013, foi proferida decisão indeferindo o pedido de efeito suspensivo. Contra essa decisão a Companhia ajuizou Medida Cautelar Inominada, com pedido liminar, requerendo a suspensão da exigibilidade da multa, mediante depósito de seu valor integral e atualizado, o que foi deferido. Em dezembro de 2013, a Companhia interpôs recurso de apelação requerendo a anulação da sentença que denegou o Mandado de Segurança. O valor atualizado da multa, classificado como perda possível, é de R\$ 26.382 (R\$ 24.622 em 31 de dezembro de 2014);
- ii. Em 2002, uma distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da ANEEL. A Companhia pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 35.698 (R\$ 32.370 em 31 de dezembro de 2014);
- iii. Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/10 e 1.175/12, respectivamente. A Companhia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 14.423 (R\$ 13.079 em 31 de dezembro de 2014).

### **e) Cíveis**

As contingências cíveis com expectativa de perda possível referem-se a ação ordinária nº 0000082-48.20038.26.0415, visando o recebimento de indenização em razão de alegada desapropriação indireta, no montante de R\$ 711.

## 21. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Provenientes do ativo imobilizado (vide nota 11)			
Doações de equipamentos - ONS	1.400	1.458	1.400
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	115	137	115
	<b>1.515</b>	<b>1.595</b>	<b>1.515</b>
Provenientes do ativo intangível (vide nota 12)			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D - <i>Software</i>	1.143	1.585	1.143
	<b>2.658</b>	<b>3.180</b>	<b>2.658</b>

**Doações de equipamentos:** Equipamentos operacionais cedidos pelo ONS.

**Pesquisa e Desenvolvimento:** Imobilizados e intangíveis adquiridos e/ou desenvolvidos com recursos oriundos de P&D.

## 22. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Controladora				Consolidado	
	2015		2014		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	15.134	-	9.689	-	15.134	-
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	417	-	339	-	425	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	21.263	5.462	17.693	9.184	21.263	5.462
	<b>36.814</b>	<b>5.462</b>	<b>27.721</b>	<b>9.184</b>	<b>36.822</b>	<b>5.462</b>

### Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

### Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da ANEEL.

## Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da ANEEL.

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 23.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2014) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Posição Acionária em 31/12/2015 (Em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Acionistas</b>						
Duke Energy International Brasil Ltda.	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
Duke Energy International Brazil Holdings Ltd.	-	-	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitana de São Paulo	-	-	1.070	1,70	1.070	1,13
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	3	0,01	1.000	1,59	1.003	1,06
Demais pessoas físicas e jurídicas	294	0,93	2.300	3,65	2.594	2,75
	<b>31.478</b>	<b>100,00</b>	<b>62.955</b>	<b>100,00</b>	<b>94.433</b>	<b>100,00</b>

Não haverá cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- i. Prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- ii. Dividendo prioritário, não cumulativo, de 10% ao ano calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- iii. Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404/1976;
- iv. Direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- v. Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias;
- vi. Não terão direito a voto e serão irredimíveis, enquanto cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

### 23.2. Reservas de Capital

	2015	2014
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora (vide nota 8.2)	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.683	1.649
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Duke Energy Int. Geração Sapucaí-Mirim Ltda. (vide nota 10)	5.897	-
	<b>105.468</b>	<b>99.537</b>

### 23.3. Reservas de Lucros

	2015	2014
Reserva legal	132.419	123.287
Plano de pensão	4.715	3.889
	<b>137.134</b>	<b>127.176</b>

## 23.4. Dividendos e JSCP

### a) Destinação do lucro líquido do exercício

Composição	2015	2014
Lucro líquido do exercício	182.647	285.578
Constituição de reserva legal	(9.132)	(14.279)
Depreciação (custo atribuído)	103.984	102.969
Baixas (custo atribuído)	4.458	545
IRPJ/CSLL diferidos	(36.870)	(35.195)
	<b>245.087</b>	<b>339.618</b>

Destinação	2015	2014
Dividendos intermediários	(76.583)	(216.505)
Juros sobre o capital próprio - JSCP	(52.505)	(62.703)
Dividendos propostos	(115.999)	(60.410)
	<b>(245.087)</b>	<b>(339.618)</b>

### b) Composição de dividendos e JSCP a pagar

	2015	2014
Dividendos propostos	115.999	60.410
Juros sobre capital próprio a pagar	44.329	53.394
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	1.576	1.559
	<b>161.904</b>	<b>115.363</b>

### c) Valor por ação dos dividendos, JSCP e redução de capital

Deliberação	Provento	Montante	Valor por ação - R\$	
			PN	ON
AGE de 28/12/2015	Juros sobre capital próprio	52.505	0,556000	0,556000
AGE de 30/10/2015	Dividendos intermediários	76.583	0,888604	0,655685
AGO de 27/04/2015	Dividendos propostos	60.410	0,639706	0,639706
AGE de 29/12/2014	Juros sobre capital próprio	62.703	0,664000	0,664000
AGE de 02/10/2014	Dividendos intermediários	216.505	2,292676	2,292676
AGE de 28/08/2014	Redução de capital	500.000	5,29474	5,29474
AGO de 28/04/2014	Dividendos propostos	210.810	2,23237	2,23237

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em Assembleia Geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos



trimestrais ou intermediários. Caberá à Assembleia Geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/1976.

O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976.

Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela assembleia geral.

Antes da distribuição dos dividendos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem:

- i. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- ii. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações; e
- iii. distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições.

Os dividendos intermediários, foram aprovados em AGE realizada em 30 de outubro de 2015, a qual referendou a proposta da Administração da Companhia quanto à declaração de dividendos intermediários no montante global de R\$ 76.583, debitado integralmente à conta de lucro líquido do exercício, e alocado às ações preferenciais à razão de R\$ 0,888604 por ação e para as ações preferenciais à razão de R\$ 0,655685 por ação, em cumprimento ao disposto no item (ii), do artigo 5º e no artigo 28, do Estatuto Social da Companhia e pago em 24 de novembro de 2015 e, portanto, sem incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGE, e o efetivo crédito aos acionistas, considerado como adiantamento para fins do cômputo de aferição do dividendo prioritário fixo atribuível às ações preferenciais na AGO de 2016 da Companhia, conforme previsão estatutária e legal.

### **23.5. Pagamento baseado em ações**

Não há plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária ou seus empregados.

No entanto, alguns administradores e gestores da Companhia são elegíveis ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Plan – LTIP*), o qual é estabelecido pela Controladora e condicionado ao alcance de metas corporativas globais e/ou permanência do empregado, como parte da sua estratégia de retenção de longo prazo de profissionais e criação de valor para o negócio de forma sustentável.

O programa concede ao empregado a oportunidade de receber uma remuneração baseada nas ações da Controladora, o qual é definido e pago pela Controladora, sem ônus para a Companhia. A Companhia não possui plano local envolvendo suas ações.

O referido programa é outorgado aos empregados que sejam elegíveis. O programa outorga uma determinada quantidade de ações ou “*performance shares*” (o empregado recebe um determinado número de ações da Controladora e ainda seus dividendos equivalentes), sendo que a quantidade de tais ações pode variar conforme performance de certas metas preestabelecidas bem como “*restricted stock units - RSU*” (direito outorgado ao executivo de receber ações da Duke Energy Corporation cumprido o período de três anos).

O quadro a seguir apresenta o número de ações emitidas pela Controladora e suas respectivas movimentações:

Em quantidade de ações	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>-</b>
Concedidas	422
Exercidas	(140)
Vencidas / Canceladas	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>282</b>

No exercício de 2015, a Controladora remunerou os empregados elegíveis em R\$ 34 (R\$ 25 no exercício de 2014) referente ao pagamento baseado em ações que a Companhia reconheceu como despesa em seu resultado em contrapartida de reservas de capital, em consonância com o CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações (vide nota 15.3); de tal forma, que todas as ações foram exercidas e canceladas.

### 23.6. Ajustes de avaliação patrimonial

	Custo atribuído	Plano de pensão	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>803.715</b>	<b>-</b>	<b>803.715</b>
<b>Realização dos ajustes de avaliação patrimonial</b>			
Depreciação	(103.985)	-	(103.985)
Baixa	(4.457)	-	(4.457)
IRPJ/CSLL diferidos	36.870	-	36.870
	<b>(71.572)</b>	<b>-</b>	<b>(71.572)</b>
<b>Resultado abrangente</b>			
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	1.251	1.251
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	(425)	(425)
	<b>-</b>	<b>826</b>	<b>826</b>
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	(826)	(826)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>732.143</b>	<b>-</b>	<b>732.143</b>

As informações referente ao custo atribuído estão detalhadas na nota 11.1

## 24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			
Contratos bilaterais	1.302.467	1.053.325	1.326.314
Contratos de leilões	-	223.359	-
Mercado de curto prazo - MCP	28.181	65.942	30.591
Mecanismo de realocação de energia - MRE	38.422	27.499	38.437
	<b>1.369.070</b>	<b>1.370.125</b>	<b>1.395.342</b>
Outras receitas	276	4.804	276
	<b>1.369.346</b>	<b>1.374.929</b>	<b>1.395.618</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>			
PIS e COFINS	(120.911)	(121.183)	(121.945)
ICMS	(46.105)	(18.477)	(46.105)
P&D	(11.348)	(12.271)	(11.348)
	<b>(178.364)</b>	<b>(151.931)</b>	<b>(179.398)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.190.982</b>	<b>1.222.998</b>	<b>1.216.220</b>

## 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, detalhamento dos custos e despesas operacionais por natureza:

	Controladora			
	2015			2014
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	47.008	37.742	84.750	77.328
Material	4.056	148	4.204	3.997
Serviços de terceiros	27.360	14.757	42.117	44.914
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	5.010	-	5.010	4.073
Energia comprada para revenda	201.943	-	201.943	233.647
Encargos de uso da rede elétrica	96.576	-	96.576	81.761
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	65.533	-	65.533	57.792
Depreciação e amortização	214.868	1.640	216.508	216.784
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	5.471	1.712	7.183	333
Constituição / (Reversão) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(220)	(220)	(1.798)
Aluguéis	56	3.614	3.670	3.604
Seguros	5.440	-	5.440	4.843
Outras	1.092	10.174	11.266	8.807
	<b>674.413</b>	<b>69.567</b>	<b>743.980</b>	<b>736.085</b>

	Consolidado		
	2015		
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	47.916	38.080	85.996
Material	4.290	148	4.438
Serviços de terceiros	30.351	15.471	45.822
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	5.075	-	5.075
Energia comprada para revenda	211.593	-	211.593
Encargos de uso da rede elétrica	96.877	-	96.877
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	65.533	-	65.533
Depreciação e amortização	212.647	1.653	214.300
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	5.473	1.810	7.283
Constituição / (Reversão) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(156)	(156)
Aluguéis	56	3.725	3.781
Seguros	5.550	-	5.550
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	25.402	25.402
Outras	1.122	10.194	11.316
	<b>686.483</b>	<b>96.327</b>	<b>782.810</b>

## 26. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

### 26.1. Energia elétrica vendida

	Controladora				Consolidado	
	2015		2014		2015	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	7.938.583	1.302.467	6.301.864	1.053.325	8.023.328	1.326.314
Contratos de leilões	-	-	1.849.596	223.359	-	-
Mercado de curto prazo - MCP	143.478	28.181	211.547	65.942	176.626	30.591
Mecanismo de realocação de energia - MRE	3.495.073	38.422	2.658.137	27.499	3.496.640	38.437
	<b>11.577.134</b>	<b>1.369.070</b>	<b>11.021.144</b>	<b>1.370.125</b>	<b>11.696.594</b>	<b>1.395.342</b>

(\*) Não auditados pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada contratadas pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR em 31 de dezembro de 2015.

	Controladora		Controlada
	MWm (*)		MWm (*)
	2015	2014	2015
<b>Energia disponível para venda</b>	<b>1.019</b>	<b>1.009</b>	<b>16</b>
<b>ACR</b>	-	211	-
2007 (8 anos)	-	211	-
<b>ACL</b>	<b>903</b>	<b>720</b>	<b>12</b>
Contratos bilaterais com consumidores livres	906	720	16
Contratos bilaterais de compra de energia	(3)	-	(4)
<b>Energia livre para contratação</b>	<b>116</b>	<b>78</b>	<b>4</b>
<b>Percentual de energia contratada</b>	<b>88,6%</b>	<b>92,3%</b>	<b>75,0%</b>

(\*) Não auditados pelos auditores independentes

## 26.2. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora				Consolidado	
	2015		2014		2015	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Bilateral	24.480	4.725	197.291	132.744	44.068	13.834
Mercado de curto prazo - MCP	651.772	197.218	176.018	99.110	651.772	197.276
Mecanismo de realocação de energia - MRE	-	-	150.082	1.793	33.882	483
	<b>676.252</b>	<b>201.943</b>	<b>523.391</b>	<b>233.647</b>	<b>729.722</b>	<b>211.593</b>

(\*) Não auditados pelos auditores independentes

As variações do saldo de energia elétrica comprada para revenda decorrem principalmente pelo atual cenário hidrológico desfavorável representado pelas reduções do nível do GSF (vide nota 1)

## 26.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Tust	87.116	73.995	87.116
Tusd-g	9.239	7.648	9.540
Encargos de conexão	221	118	221
	<b>96.576</b>	<b>81.761</b>	<b>96.877</b>

As tarifas devidas pela Companhia e sua controlada e estabelecidas pela ANEEL são: Tust, Tusd-g e Encargos de Conexão (vide nota 13).

A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do

encargo Tust. As usinas que pagam TUST são: UHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica.

A Tust-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas da Companhia que pagam Tust-g para acessar os centros de consumo, são: UHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.) e Canoas I, Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.); As PCHs Retiro e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL) também estão sujeitas a este pagamento.

O encargo de conexão é pago mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
<b>Receitas</b>			
Aplicações financeiras	25.901	65.452	29.515
Variações monetárias	9.660	8.143	9.866
Depósitos judiciais	9.658	7.974	9.864
Outras	2	169	2
Juros e descontos obtidos	747	2.397	809
	<b>36.308</b>	<b>75.992</b>	<b>40.190</b>
<b>Despesas</b>			
Juros debêntures	(126.225)	(125.081)	(126.225)
Juros empréstimos	(18.125)	-	(18.125)
Variações monetárias	(68.559)	(41.843)	(70.053)
Debêntures	(55.541)	(33.798)	(55.541)
Tust-g	(8.091)	(5.996)	(8.091)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(3.046)	(650)	(3.174)
Atualização financeira por processo arbitral	-	-	(1.365)
Outras	(1.881)	(1.399)	(1.882)
Recuperação de juros e atualização monetária de debêntures	-	3.431	-
Despesas plano de pensão (vide nota 19)	(2.084)	(1.254)	(2.084)
Outras despesas financeiras	(2.050)	(3.041)	(2.075)
	<b>(217.043)</b>	<b>(167.788)</b>	<b>(218.562)</b>
	<b>(180.735)</b>	<b>(91.796)</b>	<b>(178.372)</b>

## 28. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2015	2014
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Preferenciais	121.765	190.385
Ordinários	60.882	95.193
	<b>182.647</b>	<b>285.578</b>
<b>Denominador (Média ponderada de números de ações)</b>		
Preferenciais	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478
	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
Preferenciais	<b>1,93414</b>	<b>3,02412</b>
Ordinários	<b>1,93414</b>	<b>3,02412</b>

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e sua controlada compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e de sua controlada estão descritos na nota 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia e sua controlada, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos tem cláusulas que permitem a Companhia e sua controlada cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

## Instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

### a) Caixa e equivalentes de caixa (vide nota 6)

Aplicações no mercado aberto em renda fixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, realizáveis por prazos inferiores a 90 dias e que estão reconhecidas contabilmente pelo valor de rentabilidade ofertado no mercado.

### b) Debêntures (vide nota 16).

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Debêntures	1.259.658	1.504.645	1.195.937	1.266.056
Empréstimo	199.125	167.020	-	-
	<b>1.458.783</b>	<b>1.671.665</b>	<b>1.195.937</b>	<b>1.266.056</b>

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2015 e 2014, dessa forma, não possui operações com derivativos na data destas demonstrações financeiras. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não possuir tais operações.

## 30. SEGUROS

A Duke Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

	Limite Máximo de Indenização em R\$ milhares	
	Vigência 31/12/2015 a 31/12/2016	Vigência 31/12/2014 a 31/12/2015
Risco operacional	1.955.000	1.300.000
Responsabilidade civil	19.550	13.000
Lucro cessante	1.730.865	1.270.179



### 31. TRANSAÇÕES AQUISIÇÃO DA CONTROLADA

#### 31.1. Absorção dos saldos referente à aquisição da controlada

	Controlada
Caixa e equivalentes de caixa	36.826
Clientes	4.350
Tributos a recuperar	1.676
Imobilizado	173.816
Intangível	255
Outros Ativos	138
Fornecedores	(15.324)
Salários e encargos sociais	(311)
Tributos a recolher	(478)
Partes relacionadas	(182)
Receitas diferidas	(347)
Outros passivos	(51)

### 32. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Dividendos e JSCP propostos	245.087	339.618
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	71.572	68.319
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	826	311
IR diferido sobre plano de pensão	425	161

### 33. COMPROMISSOS

#### 33.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2020; e para os contratos de leilões até o ano de 2018.

#### 33.2. Compromisso de recuperação ambiental

A controlada possui um compromisso junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, referente a reflorestamento de 580 hectares, com um custo estimado de R\$ 4.204, a ser concluído até o exercício de 2019.

## **34. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **34.1. Arbitragem**

Em 29 de janeiro de 2016 foi proferida Sentença Arbitral Final, através da qual foi determinado o pagamento, pela controlada, a quantia de R\$ 12.503 (data base dezembro de 2014), com incidência de 1% (um por cento) de juros e correção monetária com base na variação do IPCA/IBGE, calculados a partir de janeiro de 2015, totalizando R\$ 15.952.

### **34.2. Fato relevante DEI**

A Companhia publicou em fato relevante, no dia 04 de fevereiro de 2016, que o seu acionista controlador, Duke Energy Corporation ("Duke"), pretende dar início a um processo que pode ao final resultar na venda da totalidade ou de uma parte das ações indiretamente detidas pela Duke na Companhia. A preparação desse processo pela Duke encontra-se em fase preliminar e nenhuma oferta vinculante ou não vinculante foi submetida ou solicitada.

Não há como assegurar que tal processo, se efetivamente iniciado, resultará em uma operação.

### **34.3. Liquidação financeira - CCEE**

Das liquidações que ocorreram em 2016, no montante de R\$ 75.632, R\$ 36.003 refere-se à operação normal de venda de energia no mercado de curto prazo (MRE/MCP) e R\$ 39.629 refere-se a liminar concedida a APINE.

## **MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Conselho de Administração**

Armando de Azevedo Henriques  
Presidente

Andrea Elizabeth Bertone  
Membro Efetivo

Elizabeth Christina DeLaRosa  
Membro Efetivo

Oswaldo Esteban Clari Redes  
Membro Efetivo

Eliseu Nogueira de Andrade  
Membro Efetivo

Narciso Meschiatti Filho  
Membro Suplente

### **Conselho Fiscal**

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro  
Presidente

François Moreau  
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti  
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington  
Conselheiro Suplente

Edmundo Falcão Koblitz  
Conselheiro Suplente

Murici dos Santos  
Conselheiro Suplente

### **Diretoria Estatutária**

Armando de Azevedo Henriques  
Diretor Executivo Presidente

Angela Aparecida Seixas  
Diretora Executiva Financeira, de  
Controles Internos e Informática e Diretora Executiva  
de Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa  
Diretor Executivo de Operações e Meio Ambiente

Jairo de Campos  
Diretor Executivo de Recursos Humanos,  
Administração e Saúde e Segurança

João Luis Campos da Rocha Calisto  
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético

Plautius Soares André Filho  
Diretor Executivo Comercial

Antonio Patricio Franco Martins  
Gerente Geral de Controladoria

Renata Mingorance Prando  
Contadora - SP-256166/O-2